

# Desigualdade piora e Norte e Nordeste são os mais afetados

Estudo da FGV aponta que o aumento da desigualdade, como consequência da recessão, foi maior nas regiões menos desenvolvidas do País. A desigualdade da renda do trabalho medida pelo coeficiente de Gini cresceu quase 5% no Nordeste e no Norte. Nas demais regiões, ela subiu cerca de 3%. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

## Entrevista

**Ricardo Paes de Barros,**  
ECONOMISTA

### ‘É PRECISO INCLUIR PELO TRABALHO’

**N**ão há solução para reduzir a pobreza sem retomar o crescimento do País, analisa Paes de Barros. **ECONOMIA / PÁG. B3**

**Dois Brasis.** Estudo da FGV mostra que desigualdade da renda do trabalho cresceu quase 5% nas duas regiões, considerando o índice de Gini, enquanto nos demais Estados o avanço foi de 3%; deterioração é resultado da recessão econômica registrada entre 2014 e 2016

# Desigualdade piora e Nordeste e Norte ficam mais distantes do resto do País

**Douglas Gavras**

Laércio Matias, de 53 anos, se esforça para empurrar o carrinho que usa para coletar papelão, no centro de São Paulo. Em um dia de sorte, ele ganha R\$ 50 com a venda de 130 quilos do material. Ao caminhar pelas ruas da cidade, porém, não deixa de pensar no quanto a sua vida mudou nos últimos anos. Laércio é uma das muitas vítimas da recessão que assolou o Brasil entre 2014 e 2016, e que deixou no seu rastro um aumento da desigualdade que o País ainda está longe de conseguir mitigar.

Operário experiente, Matias era empregado na construção de grandes edifícios comerciais da capital paulista. Não faltava emprego. Até que veio a crise e a família teve de aprender a se virar com menos. “Com o tempo, até as reformas sumiram e fui trabalhar na rua. A situação é difícil, mas tem gente pior. Passo por tantas famílias morando na rua que fico até sem graça de reclamar”, afirma ele.

Esse fenômeno atingiu de forma mais forte as regiões menos desenvolvidas do País. Estudo de pesquisadores da FGV aponta que a distância entre as regiões brasileiras aumentou nos últimos cinco anos, como consequência da recessão: enquanto a desigualdade da renda do trabalho medido pelo coeficiente de Gini cresceu quase 5% no Nordeste (chegando a 0,684) e no Norte (0,624), nas demais regiões ela cresceu na casa dos 3%.

O índice mede o grau de concentração de renda em um gru-

po, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos. Ele varia de 0 a 1. Quanto maior o número, maior a desigualdade.

O economista Daniel Duque, um dos responsáveis pelo estudo, aponta que, dos cinco Estados que ficaram mais desiguais nos últimos cinco anos, todos são nordestinos. Nesse ponto, os últimos anos foram mais cruéis na Paraíba, no Maranhão e em Alagoas.

Desempregado e tendo de pedir esmolas em um cruzamento de Maceió (AL), Gilson dos Santos, de 38 anos, pede comida para os três filhos enquanto espera por um milagre. Antes da crise, ele chegou a investir os poucos recursos que tinha na compra de uma bicicleta e de produtos para vender lanches na rua. Veio a recessão e ele perdeu tudo. “O desemprego era tão alto que os clientes sumiram.”

O avanço da desigualdade reflete a falta de trabalho formal, que afetou a renda das famílias. Nos últimos cinco anos, só 2 dos 27 Estados, mais o Distrito Federal, não ficaram mais desiguais – Sergipe e Pernambuco, que já tinham índices elevados. / COLABORARAM CARLOS NEALDO E FÁBIO BISPO, ESPECIAIS PARA O ESTADO

## ● Retrocesso

# 5%

É quanto a desigualdade da renda do trabalho avançou no Norte e Nordeste, segundo a FGV.

**Recessão reforça ciclo de desigualdade**

Pág. B3

# Recessão reforça ciclo de desigualdade

Para especialistas, governo deve investir em políticas de recuperação de emprego e atualizar programas sociais como o Bolsa Família

*Douglas Gavras*

O Brasil tem um longo histórico de desigualdade de renda, mas havia entre a maior parte dos economistas, até 2014, um entendimento de que esse cenário iria melhorar e a desigualdade cairia continuamente, diz o superintendente do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques. “O sinal de alerta veio quando essa tendência foi revertida.”

Desde a crise, a parte mais rica dos brasileiros se distancia cada vez mais da parcela mais pobre. No começo deste ano, a renda da metade mais pobre caiu cerca de 18%, enquanto o 1% mais rico teve quase 10% de alta no poder de compra, de acordo com dados do IBGE.

Para mudar isso, Henriques afirma que é preciso ter uma agenda que enfrente de forma eficiente a questão do desemprego. "O Brasil precisa retomar a tendência de construir políticas sociais mais articuladas, pegar

os instrumentos que existem e podem ser repensados. E um ícone disso é o Bolsa Família.”

A maioria dos economistas ouvidos pelo **Estado** citou o programa para famílias de baixa renda como exemplo de política social bem-sucedida voltada para a extrema pobreza. Apesar de o programa, por si só, não combater a concentração de renda, uma das ideias é que ele seja revisto e ampliado.

Apesar de a desigualdade ter piorado justamente nas regiões mais pobres do País, os economistas lembram que pobreza e desigualdade não são o mesmo conceito. Um país pobre pode ser mais igualitário do que um rico. Um relatório do Banco

Mundial aponta, contudo, que a pobreza também aumentou no Brasil de 2014 a 2017, atingindo 21% da população, ou 43,5 milhões de pessoas.

O pesquisador Pedro Herculano de Souza, do Ipea e ganhador do Prêmio Jabuti com o livro *Uma História da Desigualdade*, afirma que o desemprego e a informalidade atingiram em cheio os grupos mais vulneráveis, o que contribuiu para o aumento tanto da pobreza quanto da desigualdade da renda.

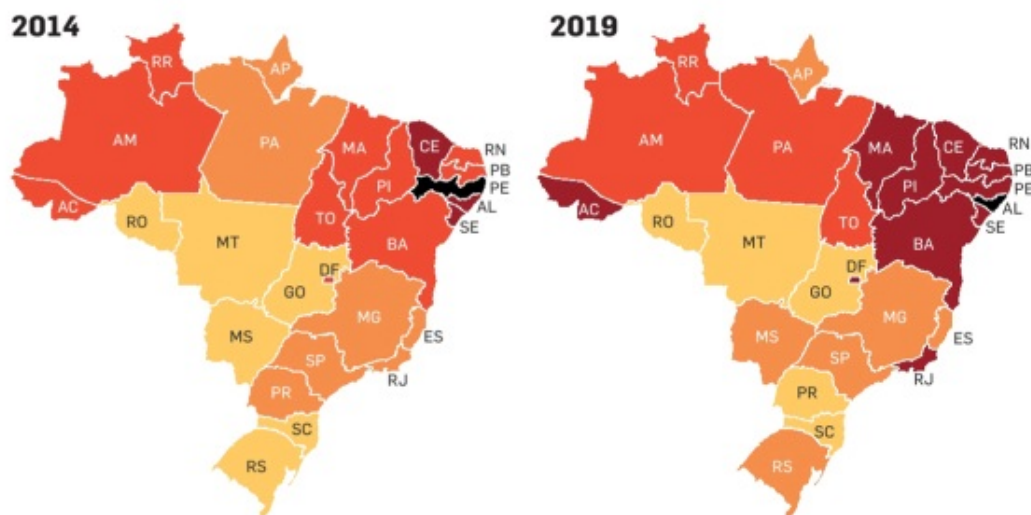
Ele completa que uma saída para a redução desses problemas seria transpor os obstáculos que ainda estão travando a recuperação da economia, fazendo reformas para criar mais espaço fiscal que estimule investimentos em programas sociais e geração de empregos. "E, no longo prazo, não há como substituir o investimento em educação, que deve ser maior e mais eficiente, com o objetivo de formar no País uma força de trabalho mais preparada", diz ele.

## REGIÕES MAIS POBRES FICARAM MAIS DESIGUAIS

● Dez dos Estados que mais pioraram depois da crise estão no Nordeste e no Norte

### Desigualdade do trabalho domiciliar

PELO ÍNDICE DE GINI\* 0.50 0.55 0.60 0.65 0.70



\*QUANTO MAIS PRÓXIMO DE 1, MAIS DESIGUAL

FONTE: IBGE, COM CÁLCULOS DE PESQUISADORES DA FGV

INFOGRÁFICO/ESTADÃO



---

**ENTREVISTA**

---

**Ricardo Paes de Barros**, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper

# ‘É preciso incluir as pessoas pelo trabalho’

Um dos idealizadores do Bolsa Família, economista defende políticas para sustentar retomada da economia

Não há solução para reduzir a pobreza e a desigualdade sem a retomada do crescimento robusto do País, analisa o economista Ricardo Paes de Barros, um dos idealizadores do Bolsa Família. Ele avalia, no entanto, que mesmo com os recursos escassos, o governo não deve deixar de investir em programas de transferência de renda para a população mais carente. A seguir, os principais trechos da entrevista:

● **Como resolver a pobreza, em um contexto de baixo crescimento econômico como o registrado nos últimos anos?**

No longo prazo, não há solução para reduzir a pobreza de maneira sustentável sem retomar o crescimento do País. Infelizmente, a perspectiva que se tem é de um crescimento modesto também este ano, o que deve fazer de 2019 o terceiro ano seguido de crescimento baixo desde o fim da recessão.

● **Há espaço para frear o aumento da pobreza e da desigualdade**

**mesmo com falta de recursos?**

Certamente é possível reduzir a pobreza e a desigualdade, mesmo em um contexto de baixo crescimento. Esses são temas que não devem sair de pauta. Uma política social arrojada, na verdade, será aquela que permitir que os mais pobres consigam aproveitar o crescimento do País, dando assistência técnica, capacitação e crédito. O governo deve direcionar os gastos públicos para atender aos mais pobres, não há contradição entre fazer isso e reduzir a dívida pública. Nos últimos anos, a pobreza aumentou, mas não chegou a explodir. Em parte, isso mostra que as políticas sociais atuais têm uma capacidade bastante considerável de segurar o aumento da pobreza. Por outro lado, é claro que toda política que é feita hoje, incluindo o Bolsa Família, pode e deve ser melhorada o tempo todo. Achar que os programas que estão funcionando hoje são perfeitos é maluquice.

● **O Bolsa Família, como programa de auxílio aos brasileiros que estão em uma situação de extrema pobreza, deve ser revisto?**

Uma das questões do Bolsa Família é que ele precisa ser bem focado, transferir recursos para quem realmente precisa. É

sempre possível ajustar o alvo do programa. Se o perfil de quem precisa do Bolsa Família muda, como mudou nos últimos anos, o foco do programa também deve se ajustar. Se tem uma hora para o Bolsa Família ser generoso, é agora. Em termos de transferência de renda, as políticas têm de ser dramaticamente contracíclicas, como dar acesso ao FGTS ou ao seguro-desemprego.

● **E no longo prazo, como fazer para que mais brasileiros consigam sair da extrema pobreza?**

A saída da pobreza extrema é pela inclusão produtiva, é preciso incluir as pessoas pelo trabalho, o que depende de crescimento da economia. Ao mesmo tempo, também é muito importante que o governo, via Ministério da Cidadania, prepare a população mais pobre para que esteja pronta para ser incluída no futuro. E há várias maneiras de preparar a população mais pobre para o mercado de trabalho, com programas direcionados para isso.

● **Que tipos de programas? Como aqueles de capacitação, por meio de cursos técnicos, por exemplo?**

Uma das coisas menos eficazes que se pode fazer é ficar qualificando todo mundo em



**Paes de Barros.** Hora de ajustar o 'foco' do Bolsa Família

um momento de recessão, sem saber que tipos de empregos serão gerados lá na frente. Seria mais eficaz atestar e certificar competências que os trabalhadores já têm. A maior parte dos brasileiros mais pobres aprende várias habilidades para sobreviver, mas não tem certificados para comprovar essas competências. Outra alternativa é criar sistemas de microcrédito orientado para os trabalhadores por conta própria entrarem no mercado.

● **No longo prazo, o caminho é investir em educação?**

A saída para reduzir a pobreza passa pelo emprego e o investimento em educação. Se os trabalhadores tiverem mais capa-

ciação, eles vão ser mais produtivos e disputados no mercado. Toda vez que aumenta a escolaridade da força de trabalho, e isso se traduz em um aumento da produtividade, ocorre um efeito cascata em que os salários sobem e a pobreza cai.

● **Durante a década de 1970, o economista Edmar Bacha criou o conceito de 'Belíndia' para o Brasil, que teria dentro de si, por suas disparidades, uma Bélgica e uma Índia. Ainda somos uma 'Belíndia'?**

O Brasil ainda é um país profundamente desigual, mas menos segmentado do que era no passado. Há algumas décadas, ele tinha mais essa cara de 'Belíndia', com duas realidades

muito diferentes e que não se conectavam tanto. Nos últimos anos, antes da recessão, a informalidade vinha diminuindo e se passou a ter uma economia mais integrada, entre capitais e interior. Mas, dado o tamanho da desigualdade acumulada pela sociedade brasileira, seria preciso esperar mais 20 ou 30 anos de redução das diferenças sociais para o Brasil chegar a ser uma Turquia, um México ou um Chile.

● **Os dados mais recentes de desemprego mostram que a desocupação tem caído este ano, mas puxada pela informalidade. O aumento do trabalho sem carteira explica parte da desigualdade?**

O aumento da informalidade deve ser um dos fatores que levaram ao aumento da desigualdade. Nessa retomada do crescimento em que o País está agora, o emprego informal deve crescer um pouco e ser a porta de entrada de muita gente no mercado. Apesar de todas as dificuldades, é melhor ser informal do que desempregado. Qualquer coisa que for feita no Brasil que não leve em conta a desigualdade está equivocada. Em um país tão desigual, qualquer oportunidade de combater a desigualdade deve ser aproveitada. Nesse momento, se discute a reforma tributária, por exemplo. Essa questão é tão absurda, no sentido de concentração de renda, que qualquer reforma que acontecer pode ser mais amigável para a redução da desigualdade. Além de promover o crescimento, a política de combate à desigualdade deve melhorar também o ambiente de negócios.